

12 JUN 2012

FOLHA DE LONDRINA

Justiça determina revitalização do Bosque

Conforme decisão, Rua Piauí não pode ser reaberta, uma vez que o local tornou-se Área de Preservação Permanente (APP); Município vai recorrer

Londrina - Até o dia 19 de junho. Este é o prazo que a Prefeitura de Londrina tem para deixar o Bosque Marechal Cândido Rondon, no Centro da cidade, como estava antes do início das obras para tentar reabrir o trecho para o tráfego de veículos em novembro do ano passado. Caso descumpra a medida, a administração municipal pode ser multada em R\$ 1 mil por dia. É o que diz decisão do juiz Marcos José Vieira, da 2ª Vara da Fazenda.

Apesar da decisão, o espaço deve continuar como nos últimos oito meses. Isso porque, conforme a procuradora-geral do Município, Claudia Rodrigues, a Prefeitura vai recorrer da decisão ao Tribunal de Justiça e até a sentença final "o prazo (de 20 dias) fica suspenso".

"Ao réu (prefeitura) caberá, ademais, retirar os entulhos e repor os equipamentos de esporte e lazer que eventualmente tenha retirado quando da execução das obras, de modo a restabelecer o status quo", determina ainda a decisão do dia 30 de maio. Conforme o juiz, a ação civil pública impetrada pela ONG Meio Ambiente Equilibrado (MAE) e pelo Movimento Ocupa Londrina, que defende a não abertura do Bosque, perdeu o objeto.

Isso porque o Código Ambiental (lei 11.471), criado em janeiro deste ano, transformou o Bosque em Área de Preservação Permanente (APP) e proíbe abertura de via no local para passagem de veículos.

Praticamente uma semana antes da decisão da Vara da Fazenda, no dia 22 de maio, o Tribunal de Justiça (TJ), em Curitiba, já negava um recurso da Prefeitura para suspender o impedimento liminar à obra. Agora em novo recurso ao TJ, a procuradora afirmou que o município deve contestar a transformação do bosque em APP. "Código Ambiental Municipal não pode criar APP apenas o Federal."

Enquanto isso pedestres reclamam da atual situação do Bosque. "Está deplorável. Além de estar fedendo, está abandonado", afirmou a professora de educação física Bruna Augusto. "Passo de três a quatro vezes por dia aqui e está sempre assim. Quando chove fica esse fedor, de noite a luz não funciona direito e fica escuro", comentou ela.

A auxiliar de produção Cleusa Bernardino concorda. "Está horrível. Isso aqui tinha que estar bem limpinho. É o Centro da cidade", afirmou. Enquanto a reportagem esteve no Bosque, viu várias pessoas tamparem o nariz por causa do mau cheiro, além

de outras tropeçando em buracos na calçada.

O advogado da ONG Meio Ambiente Equilibrado (MAE), Camilo Viana, mostrou-se satisfeito com a decisão. "A intimação dos secretários de Obras e do Meio Ambiente é uma importante vitória. O próximo passo é acompanhar o andamento das obras para averiguar se será cumprida a determinação da Justiça e se o Bosque ficará igual ao que era antes", salientou. Viana acrescentou que a Prefeitura deve recorrer, mas que a decisão judicial contrária a abertura da rua não deve sofrer alterações, "apenas adiar as obras".

Ontem uma representante do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) visitou o Bosque Marechal Cândido Rondon, acompanhada de dois técnicos da Secretaria Municipal do Ambiente (Sema). Ela não deu entrevista. Segundo o Núcleo de Comunicação da Prefeitura, Londrina será beneficiada com mais de US\$ 40 milhões do programa Procidades do BID para revitalização de espaços públicos e históricos.

12 JUN 2012

FOLHA DE LONDRINA

Coutinho fracassa em tentativa de barrar ação por corrupção

Defesa argumenta que Gaeco usou depoimento como testemunha de Coutinho Mendes para incriminá-lo

O ex-presidente da Sercomtel Roberto Coutinho Mendes protocolou habeas corpus no Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná para impedir o trâmite da ação criminal em que é acusado de corrupção ativa e formação de quadrilha, juntamente com outros quatro assessores próximos do prefeito Barbosa Neto (PDT) e o vereador Eloir Valença (PHS). A liminar foi negada no último dia 5 pela juíza de 2º grau, Lillian Romero.

O advogado de Coutinho, Rodrigo Antunes, disse que o principal argumento para trancar a ação contra seu cliente "é a forma como foi ouvido" no Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), órgão ligado ao Ministério Público (MP). "Ele sempre foi ouvido na condição de testemunha e seus depoimentos foram usados para incriminá-lo", alegou Antunes. "Em nenhum momento ele foi informado de que era investigado." A lei penal prevê que investigados podem se calar e até mesmo ocultar a verdade nos inquéritos policiais, privilégio não concedido às testemunhas.

A juíza Lillian Romero, no entanto, entendeu que "de plano, não se vislumbra nenhuma irregularidade na denúncia, que aparentemente atende aos requisitos do Código de Processo Penal". "Vamos aguardar o julgamento do mérito do habeas corpus", afirmou o advogado.

Na ação, Coutinho é acusado de ter dado parte do dinheiro - R\$ 5 mil - utilizado como suborno ao vereador Amauri Cardoso (PSDB) para que votasse contra a abertura da Comissão Processante (CP) da Centronic. Ele também teria permitido o uso da estrutura da Sercomtel para negociações políticas ligadas à compra de apoio de vereadores. O MP pediu a prisão de Coutinho, mas o juiz da 3ª Vara Criminal, Katsujo Nakadomari, entendeu ser suficiente o afastamento da presidência da Sercomtel e do PDT. Depois da decisão, Coutinho se desfilou do partido.

Além de Coutinho e de Eloir, são réus na ação o ex-diretor da Sercomtel Alysson Tobias de Carvalho; o ex-chefe de gabinete de Barbo-

sa Rogério Lopes Ortega; o ex-secretário de Governo Marco Cito e o empresário Ludovico Bonato. Os quatro estão presos na unidade dois da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL).

STJ

O advogado João Gomes protocolou ontem habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça (STJ) em favor de Marco Cito. O pedido de liberdade foi encaminhado ao ministro Sebastião Reis Júnior, da 6ª Turma. João Gomes não foi localizado ontem. Rogério Ortega e Alysson Tobias também aguardam julgamento de habeas corpus no STJ, que estão na 5ª Turma, com o ministro Jorge Mussi.

FOLHA DE LONDRINA

Mutirão busca conciliação na Justiça do Trabalho 12 JUN 2012

Mil audiências vão buscar conciliação no PR

Curitiba - Cerca de mil audiências de conciliação entre trabalhadores e empresas devem acontecer nesta semana em todo o Paraná, por meio da Justiça do Trabalho, durante a realização da 2ª Semana Nacional de Execução Trabalhista. O mutirão visa agilizar o recebimento de valores em 2 questões já decididas por um juiz. Em Londrina, somente a 5ª Vara do Trabalho aderiu à mobilização, e 40 audiências serão realizadas. Além das conciliações, magistrados e servidores vão expedir certidões de crédito e reavaliar os processos que estão em arquivo provisório por falta de bens a serem penhorados.

De acordo com o juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9), Eduardo Baracat, coordenador do mutirão, diversos processos foram pré-selecionados, em que constam grandes devedores da Justiça do Trabalho. Este é o segundo mutirão organizado; a primeira edição aconteceu em dezembro do ano passado. Segundo o juiz, o objetivo não é apenas fazer cumprir as decisões já anunciadas, mas também "refletir sobre a questão trabalhista, a fim de aumentar as alternativas para reduzir os conflitos entre as empresas e os empregados".

"Queremos chamar a atenção para a dificuldade na fase de execução dos processos trabalhistas. Em muitos casos

o devedor não possui patrimônio para saldar a dívida. Daí a importância de uma conciliação como saída para este impasse. É importante, durante o mutirão, refletirmos nestas formas alternativas para solucionar as questões trabalhistas", destacou.

Baracat também destaca que tanto o TRT9 quanto o Tribunal Superior do Trabalho (TST) estão investindo em ações na prevenção de possíveis litígios, como no caso dos acidentes de trabalho. "É uma forma de prevenção, evitando principalmente os riscos à saúde dos trabalhadores" completou o juiz.

Também participaram do mutirão, que vai até sexta-feira, as Varas do Trabalho de Curitiba, Arapongas, Castro, Bandeirantes, Cornélio Procopio, Francisco Beltrão, Ivai-porã, Umuarama, 4ª e 5ª Varas do Trabalho de Maringá e 2ª e 3ª Varas do Trabalho de Ponta Grossa. Mais informações podem ser obtidas no site www.trt9.jus.br.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

12 JUN 2012

Caso Derosso

A 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba e Região Metropolitana decretou a indisponibilidade de bens do ex-presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB), da jornalista Cláudia Queiroz Guedes (ex-mulher de Derosso) e dos demais requeridos na ação civil pública por ato de improbidade administrativa que questiona a contratação de agência de publicidade para o Legislativo, até o valor de R\$ 5,9 milhões. Derosso é acusado de beneficiar Cláudia, na época sua mulher, em contratos de publicidade firmados pela Casa.

INFORME

Voto secreto

Os líderes partidários do Senado se reúnem hoje para decidir que prioridade vai merecer a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) que acaba com o voto secreto nos processos de cassação de mandatos. A PEC número 50/2006 está pronta para votação. Rapidez é o que cobra, por exemplo, o senador paranaense Alvaro Dias (PSDB), ele próprio autor de uma PEC (número 86/2007) prevendo o fim do voto secreto para as cassações.

Diploma para jornalistas

A exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista é outra matéria que poderá ser votada nesta semana no Senado. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) número 33/2009 volta à pauta do plenário do Senado ontem, depois de ter sido aprovada em primeiro turno em novembro do ano passado.

Revogação

A medida tenta neutralizar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de junho de 2009, que revogou a exigência do diploma para jornalistas. Na ocasião, os ministros consideraram que o decreto-lei 972 de 1969, que exige o documento, é incompatível com a Constituição, que garante a liberdade de expressão e de comunicação. A exigência do diploma, de acordo com esse ponto de vista, seria um resquício da ditadura militar, criada somente para afastar dos meios de comunicação intelectuais, políticos e artistas que se opunham ao regime.

12 JUN 2012

FOLHA DE LONDRINA

Servidores do TC e MP

terão aumento de 5,1%

Luciana Cristo
Equipe da Folha

Curitiba - Depois do governo estadual, da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná e do Poder Judiciário, agora é o Tribunal de Contas (TC) do Estado que vai reajustar o salário dos servidores ativos e inativos, do quadro efetivo, com o índice de 5,1%. O reajuste foi aprovado ontem, em primeira discussão, pelos deputados estaduais.

O mesmo índice deve ser aplicado em breve aos funcionários do Ministério Público (MP) do Estado, segundo proposta que foi analisada e aprovada, também ontem, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. Agora, o projeto também segue para votação em plenário na AL.

Mais cargos

De autoria do MP, um no-

vo projeto prevê a criação de mais 180 cargos em comissão para o órgão. A proposta chegou nas últimas semanas na AL. São pessoas destinadas a preencher cargos de assessor de promotoria. De acordo com o projeto, a descrição das atribuições dos cargos previstos e as características atinentes às suas fun-

Projeto prevê a criação de mais 180 cargos em comissão ao MP

ções serão definidas em ato a ser expedido pelo procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacóia.

O projeto sustenta que é preciso suprir as necessidades decorrentes da implementação de uma "nova etapa de remodelação da estrutura organizacional da Procuradoria-Geral do Estado". O impacto mensal previsto na folha de pagamento é de R\$ 760 mil, que corresponde a um acréscimo de 2,96% da despesa atual. A remuneração individual é de R\$ 4.222,31.

'Delação premiada' para sequestrador

Brasília - A comissão de juristas responsável pela reforma do Código Penal no Senado aprovou ontem a possibilidade de "delação premiada" para acusados do crime de extorsão mediante sequestro, comumente chamado de sequestro. Pela proposta, se um dos bandidos denunciar o crime às autoridades e facilitar a libertação do sequestrado, a investigação contra ele pode ser arquivada. Outra previsão é a redução de um a dois terços da pena, que vai de oito a 15 anos. Ontem foi a última reunião deliberativa da comissão. Nos próximos dias, os juristas concluirão o relatório final.

FOLHA DE S. PAULO

Órgão do TJ-SP decidirá sobre pagamentos, diz presidente

12 JUN 2012

Juros pagos a mais
seriam compensados

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori, disse que o problema do pagamento de passivos trabalhistas a juízes com o acréscimo de juros de 1%, o dobro do que determina legislação de 2001, foi encaminhado para solução ao Órgão Especial da corte.

O Órgão Especial (colegiado da cúpula do TJ composto por 25 desembargadores) poderá tratar do tema em sua próxima sessão administrativa, no dia 27 de junho, ou em reunião extraordinária.

Ontem, a **Folha** informou que Sartori completou cinco meses no comando do tribunal, mas o problema, que ocorre há mais dez anos, ainda não foi resolvido pela nova administração.

Os magistrados do órgão vão decidir se aprovam o parecer da Comissão de Orçamento da corte que propôs a redução dos juros pela metade, para que os atrasados devidos aos juízes sejam corrigidos à taxa de 0,5%, como mandam leis da Fazenda Pública de 2001.

Segundo Sartori, uma estimativa aponta que a redução dos juros poderá diminuir em um terço o total de verbas trabalhistas que o TJ tem a saldar com os magistrados em todo o Estado.

A gestão, porém, ainda não concluiu o cálculo do valor que poderá ser economizado com a alteração, de acordo com o presidente do TJ.

Sartori disse que os valores de juros pagos a mais aos magistrados desde 2001 poderão ser compensados com créditos a que eles tenham direito, e por isso não haverá prejuízos aos cofres públicos.

O passivo trabalhista que está sendo corrigido pelo índice de juros de 1% inclui verbas de auxílio moradia da década de 90, licenças-prêmio e férias não gozadas.

O Supremo e o mensalão

A pressão para que o julgamento ocorra antes das eleições desenvolveu-se dentro do próprio STF

12 JUN 2012

AINDA NÃO chegamos às vésperas do julgamento do mensalão, mas o já escrito e dito a respeito não deixa dúvida de que o Supremo Tribunal Federal produziu o clima menos conveniente a uma decisão judicial: a polêmica que ultrapassa os aspectos do caso e lança os seus questionamentos sobre o próprio tribunal.

A pressão pelo julgamento antes das eleições desenvolveu-se dentro do Supremo. No Congresso e fora dele, a oposição mal disse uma ou outra palavra.

Primeiro foram referências um tanto insistentes, que não deveriam ser públicas, feitas por ministros à espera do relatório de Joaquim Barbosa, ministro-relator. Não era necessária muita atenção para perceber-se um fio de cobrança mal encapado, naquelas referências.

Depois, e com maior constância, as citações voltaram-se para o ministro Ricardo Lewandowski, incumbido do relatório de revisão. "Marcaremos quando o ministro Lewandowski entregar o seu relatório" — frases assim repetiram-se à vontade, por alguns ministros. A cobrança subjacente estava sempre lá.

Não há razão alguma para supor-se objetivo político, seja por parte dos ministros que falaram publicamente sobre o julgamento e sua ocasião, seja dos que silenciaram.

Influência, a meu ver, para possíveis ansiedades e para marcar o início do julgamento tão perto das eleições teve a chamada "expulsória" de dois ministros.

Um deles, Cezar Peluso, completa em setembro os 70 anos para a aposentadoria obrigatória. Presidia o Supremo até este ano. O seguinte será Ayres Britto, atual presidente.

O desejo de que ambos estejam no julgamento histórico, até como um grande final em homenagem às respectivas carreiras, teve o seu papel nas pressões e na data de início.

E encontrou uma razão técnica para apresentar-se: os dois conhecem o processo. Ao passo que iniciar o julgamento mais tarde seria fazê-lo com dois novatos, provavelmente demandando tempo para estudar o processo de 50 mil páginas.

Mas nenhuma explicação detém a polêmica e as suspeitas. Situação que se reforça com o lamento petista e a euforia oposicionista, por contar com o julgamento em plena campanha eleitoral. E a essas fontes de enfraquecimento do Supremo sobre pôs-se a contribuição do ministro Gilmar Mendes.

Os insultos violentíssimos que Gilmar Mendes tem dirigido aos petistas deveriam, a rigor, afastá-lo do julgamento. Mesmo porque, se os seus votos forem de absolvição dos réus do partido, a hipótese que lhe atribuem apenas terá mudado de sinal: será dito que foram votos para mostrar que não os contaminou com seus conceitos insultuosos.

O mensalão é um julgamento tão extraordinário por seus aspectos judiciais quanto por outros e variados aspectos.

12 JUN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Deficiente denuncia juíza por audiência na rua

Cadeirante prestou depoimento na calçada; pedido para ir a prédio com rampa foi negado

Um deficiente físico de Monte Alto (356 km de SP) fez uma denúncia ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) em que acusa uma juíza de se negar a realizar audiência em local com acessibilidade —ele acabou prestando depoimento na calçada em frente ao Fórum.

O professor aposentado da Unesp de Jaboticabal Orivaldo Tenório de Vasconcelos diz que a juíza Renata Carolina Nicodemos Andrade recusou pedido para que a audiência fosse no prédio dos Juizados Especiais, onde há rampa.

Ele afirma que houve constrangimento durante o depoimento na rua, —como havia muitos policiais, crianças caçoaram que ele seria preso.

O pedido para que a audiência fosse em outro local foi negado sob o argumento de que Vasconcelos, por participar até de congressos fora do país, está apto a ir ao Fórum.

A assessoria do CNJ confirmou que a denúncia foi recebida e que está sob análise.

O caso foi em abril, quando Vasconcelos, que não tem uma perna, foi testemunha em um processo contra a concessionária Tebe sobre falta de sinalização nas estradas.

A juíza, em nota, negou constrangimento e disse que o cadeirante se recusou a ser carregado por quatro degraus até o local da audiência.

O docente afirma ter avisado que, por recomendação médica, não pode ser carregado, sob risco de lesar a única perna. A juíza diz não se lembrar se houve o suposto aviso.

A Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência disse lamentar que servidores “ajam da maneira descrita”.

Magistrada diz que deficiente se negou a ser carregado

A juíza Renata Carolina Nicodemos Andrade, em nota, disse que foi o cadeirante quem se recusou a ser carregado por quatro degraus até o local da audiência.

O professor pediu que a audiência fosse no prédio dos Juizados Especiais, onde há rampa, mas a juíza entendeu não ser necessário, já “que se tratava de deficiente físico com ampla capacidade de locomoção”, por dirigir e viajar ao exterior.

Ela afirma ainda que nunca ninguém sem mobilidade se recusou a ser carregado para dentro do Fórum.

Ao fim do depoimento, ele disse que se sentia humilhado. “Disse a ele que não havia motivo para humilhação, que eu mesma não sentia constrangimento em ter que realizar um ato em praça pública.”

12 JUN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Juristas propõem 'delação premiada' para sequestrador

Quem denunciar a própria quadrilha pode ter investigação arquivada

A comissão de juristas responsável pela reforma do Código Penal no Senado aprovou ontem a possibilidade de "delação premiada" para acusados do crime de extorsão mediante sequestro, comumente chamado de sequestro.

Pela proposta, se um dos bandidos denunciar o crime às autoridades e facilitar a libertação do sequestrado, a investigação contra ele pode ser arquivada. Outra previsão é a redução de um a dois terços da pena, que vai de oito a 15 anos.

"Preservar a vítima é o mais importante. Hoje o que existe é insuficiente: o sujeito que delata a própria quadrilha e permite a libertação da vítima tem redução de pena, mas vai cumprir com os [criminosos] que delatou, e isso não costuma dar certo", disse o relator da comissão, procurador da República Luiz Carlos Gonçalves.

Ontem foi a última reunião deliberativa da comissão. Nos próximos dias, os juristas concluirão o relatório final, que deve ser entregue ao presidente do Senado no dia 27.

Outra proposta aprovada foi a inclusão de cinco itens na lista dos crimes hediondos, na qual já figuram, entre outros, homicídio qualificado e o estupro: redução à condição análoga de escravo, financiamento ao tráfico de drogas, racismo, tráfico de pessoas e crimes contra a humanidade, como o extermínio e a tortura em razão de etnia. Tráfico de drogas, tortura e terrorismo já são considerados crimes análogos ao hediondo.

Os crimes hediondos diferem-se dos comuns por exigirem mais tempo de prisão para progredir de regime (do fechado para o semiaberto, por exemplo), por serem inafiançáveis e não passíveis de graça, anistia e indulto.

A comissão aprovou ainda mudanças que visam diminuir o encarceramento. Entre elas está a redução de penas para o roubo e a extorsão ("chantagem"), de quatro a dez anos para três a seis.

12 JUN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Bandido sem arma é maioria de presos em flagrante, diz ONG

Análise de 4.559 casos na cidade de São Paulo mostra que maior parte dos flagrantes atinge bandido 'pé de chinelo'

Para Instituto Sou da Paz, autor da pesquisa, situação tem alto custo social, sem atingir coração do crime

LAURA CAPRIGLIONE
DE SÃO PAULO

Pesquisa inédita realizada pelo Instituto Sou da Paz em 4.559 casos de flagrantes por crimes dolosos ocorridos na cidade de São Paulo entre abril e junho de 2011 mostrou que se prende, em sua maioria, o sujeito com baixo potencial ofensivo, o microbandido, o pé de chinelo. Às vezes nem isso.

E que, diferentemente do que sustenta o ditado popular, segundo o qual "A polícia prende e a Justiça solta", a disposição primeira dos juízes é manter o preso atrás das grades, antes mesmo da apresentação da denúncia pelo Ministério Público e, é claro, de uma condenação.

Em apenas 17,8% dos casos, os seis juízes do Dipo (Departamento de Inquéritos Policiais e Corregedoria da Polícia Judiciária da Capital), órgão que centraliza todos os inquéritos e os autos de prisão em flagrante para os crimes puníveis com reclusão, concederam liberdade provisória aos presos.

Em 1,48% dos casos, o Dipo relaxou o flagrante, ou seja, anulou-o por ilegalidade.

Segundo a pesquisa, mais de 65% dos flagrantes mostram apenas um autor (não

implicam a organização em quadrilhas); 88% dos flagrantes de tráfico de maconha dizem respeito a menos de 100 g da droga encontrada com o suposto traficante; no caso da cocaína, 77% dos flagrantes foram com um máximo de 100 g da droga.

O Sou da Paz diz que esses flagrantes lotam os Centros de Detenção Provisória, com um custo social altíssimo e uma exigência crescente de investimento público, sem atingir o coração do crime.

A ONG tem vários dados para sustentar sua tese. Por exemplo: em 57% dos casos, a polícia encontrou com os supostos traficantes menos de R\$ 100 em dinheiro; em 72% dos flagrantes, nenhum tipo de arma foi usada.

Na cidade de São Paulo, quatro em cada cinco prisões são feitas pela via do flagrante. Um quinto resulta de mandado, que é precedido por trabalho investigativo.

O sistema de Justiça impõe que as prisões em flagrante

se desdobrem em prisão preventiva, em liberdade provisória ou que sejam declaradas nulas (quando há o relaxamento da prisão). Desde julho de 2011, ainda pode haver a transformação da prisão em medidas alternativas.

Mas o que a pesquisa evidenciou foi que, apesar do princípio constitucional da presunção da inocência, a regra nos casos de flagrantes (antes da condenação) foi manter a prisão.

O furto, por exemplo, que é um crime patrimonial sem violência ou ameaça, aparece com uma alta incidência entre os presos em flagrante (26% de todos os casos).

Entre os condenados do sistema prisional, a incidência do furto como tipo penal era de apenas 15%, perto da metade. "Essa diferença percentual indica que muitas das pessoas mantidas presas em flagrante por furto não serão condenadas a uma pena privativa de liberdade", diz o relatório do Sou da Paz.

"Isso mostra o emprego abusivo da prisão provisória. É uma opção danosa ao acusado, dispendiosa e desproporcional em relação ao delito cometido", afirma Helena Malzoni Romanach, coordenadora do Sou da Paz.

"O Dipo deveria ser um órgão garantidor dos direitos dos presos, contra abusos policiais e prisões ilegais. Mas, na dúvida, prende-se", diz Luciana Guimarães, diretora do Sou da Paz.

“ [A prisão provisória] É uma opção danosa ao acusado, dispendiosa e desproporcional em relação ao delito cometido

HELENA MALZONI ROMANACH,
coordenadora do Sou da Paz

12 JUN 2012

FOLHA DE S. PAULO

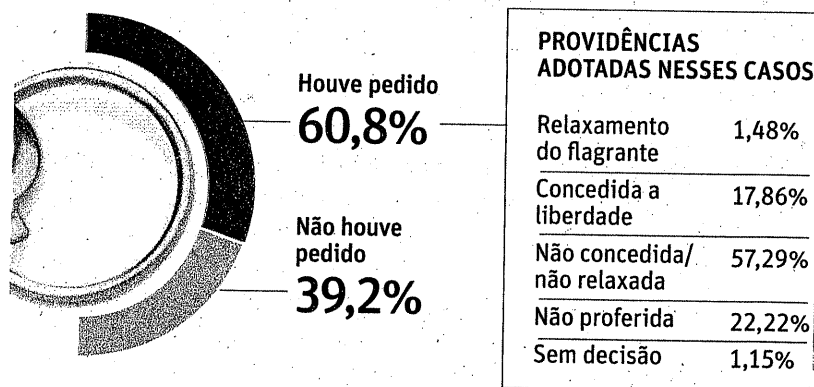
CONTINUAÇÃO

PRISÕES EM FLAGRANTE Pesquisa revela o perfil dos detentos na cidade de São Paulo



PROCESSO EM LIBERDADE

Em quantos casos houve o pedido de relaxamento de flagrante, liberdade provisória ou habeas corpus



TAXA DE SUCESSO NOS PEDIDOS DE LIBERDADE

Presos com defensor público **10,37%**

Presos com defensor constituído **30,2%**

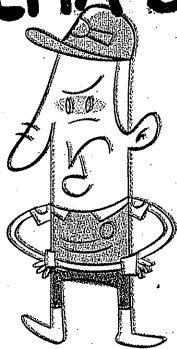
CONTINUA

12 JUN 2012

CONTINUAÇÃO

PERFIL DOS PRESOS
Na cidade de São Paulo

FOLHA DE S. PAULO



Juiz corregedor
nega uso abusivo
de prisão provisória

O juiz corregedor do Dipo, Alex Tadeu Zilenovski, considera não haver emprego abusivo da prisão provisória em São Paulo. "O furto, por exemplo, é um crime tipificado pelo Código Penal e enseja prisão em flagrante. Não podemos inobservar a lei."

"Outro ponto é que as razões que ensejam a prisão em flagrante e as que ensejam a fixação da pena são distintas. A transformação do flagrante em prisão preventiva, por exemplo, não tem nada a ver com julgamento do mérito. Porque nesse meio tempo existe o processo. É para isso que existe o Judiciário", diz.

Segundo Zilenovski, a contestação às prisões em flagrante e provisórias deve ser feita "no nível legislativo e não no nível jurisdicional".

O juiz corregedor, entretanto, admite que existam problemas com o exercício do direito de defesa dos presos. Segundo a pesquisa do Sou da Paz, em 39,2% das prisões em flagrante, não houve qualquer manifestação da defesa (pública ou constituída), no sentido de postular a liberdade dos presos.

A defensora pública-geral de São Paulo, Daniela Sollberger Cembranelli, diz que em 50% dos casos de flagrantes transformados em prisão preventiva, a Defensoria Pública não havia recebido nenhuma notificação por parte do Dipo. "Impede-se, assim, que a defensoria aja", ela diz.

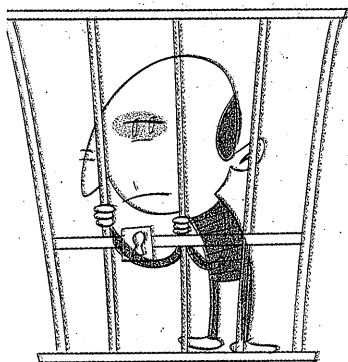
Cembranelli aponta o que chama de "conservadorismo" no Tribunal de São Paulo.

Segundo ela, enquanto no Dipo os pedidos de liberdade da Defensoria têm 10,37% de taxa de sucesso, quando esses pedidos chegam ao Superior Tribunal de Justiça, o índice de êxito é de 40%.

"O que nós não conseguimos no Dipo, conseguimos no STJ", diz.

TIPO DE CRIME

| | |
|--|-------|
| Roubo simples | 14,67 |
| Roubo qualificado por arma | 8,53 |
| Roubo com concurso de agentes | 7,3 |
| Furto simples | 10,97 |
| Furto qualificado | 15,11 |
| Tráfico de drogas | 22,7 |
| Receptação | 8,9 |
| Crimes contra o Estatuto do Desarmamento | 5 |
| Outros crimes | 6,3 |



SEXO

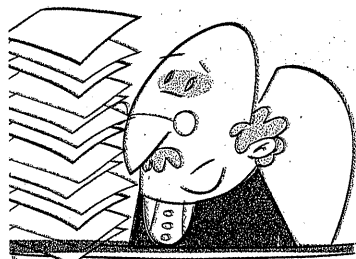
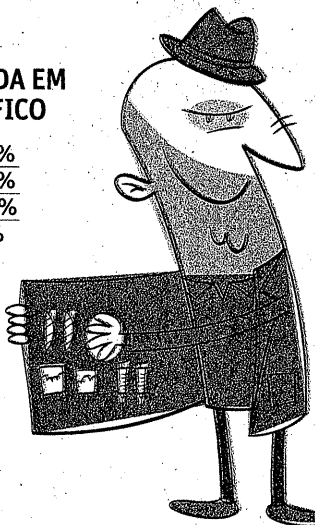
Homens **91,9%** Mulheres **7,9%**

Percentual (35%) de mulheres presas por tráfico de drogas é maior do que o de homens (22%)

TIPO DE DROGA APREENDIDA EM CASO DE PRISÃO POR TRÁFICO

| | |
|----------------------------|-----|
| Cocaína | 41% |
| Maconha | 31% |
| Cocaína referente ao crack | 25% |
| Outras | 2% |

Quantidade de drogas apreendida com o preso é pequena na maior parte dos casos: até 100 g de maconha ou de cocaína



90,9% dos casos de pessoas presas em residências ocorreram sem mandado judicial

Em 71,5% das prisões, o criminoso não portava armas

Entre os moradores de rua, furtos correspondem a 51% das prisões; na população em geral, é 26%

12 JUN 2012
FOLHA DE S. PAULO
MONICA BERGAMO

**LENTE
OCULTA**

O TST (Tribunal Superior do Trabalho) manteve a demissão por justa causa de uma funcionária que publicou fotos do ambiente de trabalho sem autorização em rede social. Na sentença, a Justiça diz que as imagens revelavam a equipe em um “ambiente de brincadeiras nitidamente inadequadas”.

MÃO BOBA

A demitida era enfermeira e trabalhava num hospital da cidade de Olinda, em Pernambuco. Ela recorreu à Justiça para que a decisão do empregador fosse revertida, em vão. No processo consta que uma das fotos mostra uma das colegas da funcionária “semiagachada” e “uma mão tentando supostamente apalpá-la”. O hospital alegou também que doentes foram expostos.

FOLHA DE S. PAULO

Estatal tem parentes de servidores como funcionários terceirizados

Irmãs de assessoras trabalham em fornecedora da Valec, alvo da 'faxina' de Dilma no ano passado

Segundo CGU, familiar de agente público não deve prestar serviço em órgão em que parente seja comissionado

Servidores nomeados na Valec, estatal de ferrovias, têm parentes trabalhando em empresa contratada pela companhia para fornecer mão de obra terceirizada.

As nomeações dos funcionários foram feitas pela atual gestão, do presidente Eduardo Castello Branco. Ele assumiu o cargo no ano passado, após a chamada "faxina" da presidente Dilma Rousseff no setor de transportes.

Assessora da presidência da Valec desde 28 de fevereiro deste ano, Susana de Fátima Veloso Arrelaro tem a irmã Sandra Veloso Arrelaro contratada pela Works Construção e Serviços.

A empresa venceu uma licitação encerrada em 15 de dezembro de 2011 para fornecer 195 trabalhadores terceirizados para a Valec num contrato de R\$ 20,5 milhões ano.

A Works também tem entre seus funcionários Luciana Bispo da Paz, irmã da assessora da Diretoria Administrativa e Financeira Lucilene Bispo da Paz, nomeada em 1º de fevereiro. As duas funcionárias da Works trabalham atualmente para a Valec.

A mãe de outro assessor vinculado à mesma diretoria, Gallis de Araújo Abreu, é copeira da estatal.

A Valec informou que faria uma consulta à CGU (Controladoria-Geral da União) para tirar dúvidas sobre as contratações. A reportagem questionou a CGU sobre os casos e a sondagem da Valec. O órgão de controle disse que ainda não foi consultado.

A CGU informou que "os editais de licitação para a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado devem estabelecer vedação de que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança".

Em agosto de 2008, o STF editou a súmula vinculante proibindo a contratação de parentes até terceiro grau nos três Poderes para cargos comissionados.

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça), em 2009, analisou dois casos e considerou que "configura nepotismo a nomeação de servidor ocupante de cargo comissionado, que possua parente até terceiro grau exercendo cargo de direção, chefia ou assessoramento ainda que ausente de subordinação hierárquica". Na ocasião, o órgão determinou a demissão dos funcionários envolvidos.

12 JUN 2012

Segundo empresa, contrato foi feito antes de nomeações

Em nota, a Valec negou irregularidades nas contratações de parentes de seus funcionários. Segundo a estatal, os terceirizados já faziam parte do quadro da empresa antes das nomeações dos familiares em cargos de comando.

"As contratações dos empregados terceirizados não configuram nepotismo, uma vez que as nomeações [dos comissionados] ocorreram posteriormente às contratações dos empregados terceirizados", argumentou.

Com isso, diz, não há "a possibilidade dos comissionados terem influenciado de qualquer forma nas contratações dos terceirizados".

Exemplar, Lei Maria da Penha padece de falta de estrutura

Brasil não tem delegacias, juizados e casas-lares em número suficiente para proteger as mulheres vítimas de violência

Vanessa Prateano

■ Vista pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma legislação exemplar no combate à violência contra a mulher, a Lei Maria da Penha esbarra em dificuldades estruturais para ser aplicada na prática. A falta de delegacias especializadas, juizados especiais e casas-abrigo comprometem a eficácia da lei criada para proteger a mulher e punir os agressores. Mesmo quando essas estruturas existem, os funcionários são em número insuficiente e mal treinados.

Os dois principais desafios mapeados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre a Violência contra a Mulher, que deve vir ao Paraná no próximo dia 25, remetem justamente à falta de estrutura física e recursos humanos em dois órgãos essenciais para fazer valer a lei: as delegacias especiais de atendimento à mulher

(Deam) e os juizados de violência doméstica.

No Brasil, menos de 10% dos municípios têm uma Deam e as que estão em funcionamento não têm policiais suficientes para atender as vítimas e investigar os casos. O Paraná é um exemplo. Apenas 11 dos 399 municípios do estado têm uma Deam, o que corresponde a 2,7% do total.

Na capital, a única delegacia especializada vive sobrecarregada desde que a lei foi aprovada, em 2006. Segundo a delegada titular, Maritza Haisi, naquele ano foram instaurados 127 inquéritos, com uma equipe de 18 servidores. Em 2011, o efetivo aumentou para 36 profissionais, mas o número de inquéritos subiu de forma exponencial: havia 8 mil em trâmite.

No caso dos juizados especiais, a situação é similar. Existem 60 deles em todo o país, dois no Paraná (Curitiba e Londrina), embora a demanda seja até dez vezes maior. Nestes locais são apreciados pedidos importantes, como o da medida protetiva, que impede o agressor de chegar perto da vítima. "Os investimentos são incompatíveis com a grandeza da lei", analisa a médica legista Maria Letícia Fagundes, autora do Projeto

MaisMarias, que esclarece a população a respeito da lei.

Ela lembra que outro mecanismo importante de combate à violência praticamente inexistente no estado: as casas-abrigo, para onde são encaminhadas as vítimas que correm risco de morte. Hoje, no Paraná, há apenas um local deste tipo na capital e cinco no interior. No Brasil, existem 70.

"É muito pouco. Cerca de 50% das mulheres correm risco de vida e não poderiam voltar para suas casas", diz. O resultado é desanimador sob qualquer prisma: ou as mulheres denunciam, voltam para casa e apanham (ou são mortas), ou desistem de denunciar, pois sabem que terão de encarar o companheiro. Ambas as atitudes enfraquecem a tão comemorada lei. Segundo o Mapa da Violência 2012, divulgado no mês passado, 68% dos casos de agressão à mulher ocorrem dentro de casa.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

12 JUN 2012

RECLAMAÇÕES

Levantamento feito junto às vítimas de violência doméstica apontou órgãos falham no atendimento.

Órgãos campeões de reclamação

| | |
|---|-----|
| Delegacia Comum | 122 |
| Atendimento ao Cidadão - 190 | 73 |
| Delegacia Espec. de Atendimento à Mulher (DEAM) | 47 |
| Não Informado | 19 |
| Policiais Militares | 6 |
| Outros | 12 |

Principais queixas

| | |
|---|----|
| Omissão 190 | 74 |
| Recusou a registrar o Boletim de Ocorrência | 59 |
| Falta de providências sobre Boletim de Ocorrência | 50 |
| Mau atendimento | 43 |
| Despreparo em caso de violência doméstica | 22 |
| Ausência de Profissionais | 14 |
| Outros (Maus Tratos, Omissão Órgão Público, etc.) | 17 |

Fonte: Ministério Público do Paraná. Infografia: Gazeta do Povo.

ENTRE AS MELHORES DO MUNDO

A Lei Maria da Penha, aprovada por 80% da população brasileira segundo pesquisa da Fundação Perseu Abramo em 2011, também é elogiada ao redor do mundo. Conforme relatório publicado em 2009 pelo Fundo de Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), a legislação brasileira está entre as três melhores do mundo no quesito combate à violência contra a mulher. As outras duas são a Lei de Violência Doméstica da Mongólia e a Lei de Proteção Contra a Violência da Espanha, ambas aprovadas em 2004.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Não existem estatísticas confiáveis

■ A falta de dados sobre a violência contra a mulher também preocupa as autoridades. Se hoje o Brasil resolvesse de fato o problema da falta de orçamento para o setor, ainda assim não saberia por onde começar, já que as estatísticas inexistem ou são pouco confiáveis. “Sabemos que o Paraná é o terceiro estado onde mais morrem mulheres, mas não sabemos quem são elas, se fizeram boletim de ocorrência, se procuraram o serviço de proteção da Justiça e se foram atendidas”, explica a deputada federal Rosane Ferreira (PV-PR), uma das integrantes da CPMI.

Esse vazio estatístico também é apontado pelo deputado federal Dr. Rosinha (PT-PR), outro membro da comissão, como o grande desafio do Brasil na área. O parlamentar sentiu pessoalmente tal dificuldade: ao pedir dados para a CPMI, ouviu dos estados que as informações inexistiam ou não estavam tabuladas e disponíveis. “Ainda não concluímos os trabalhos, mas já percebemos que há um total desaparelhamento do Estado para cumprir a lei com eficácia. No país todo”, avalia Rosinha.

No próximo dia 25, os parlamentares visitarão órgãos que integram a rede de proteção à mulher no Paraná, como a Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Tribunal de Justiça, além da Assembleia Legislativa do Paraná.

12 JUN 2012

OAB vai propor melhorias no atendimento

■ Até o dia 25, um grupo de estudos da OAB no estado, coordenado pela advogada Sandra Lia Barwinski, deverá colocar em votação uma série de medidas que visam ao aprimoramento da infraestrutura de atendimento à mulher no Paraná. Serão discutidas em torno de 20 propostas, e o objetivo é que pelo menos dez sejam encaminhadas à CPMI que trata do tema no Congresso. O documento pretende focar em particularidades enfrentadas pelo Paraná na área. A primeira, de acordo com Sandra, é a ausência de um centro de reeducação do agressor, uma medida elogiada mundo afora, mas que ainda não é realidade em Curitiba.

Hoje, há iniciativas isoladas, como a do juizado especial da capital, que oferece oficinas, palestras e encon-

tros com psicólogos para os agressores, além de conversas entre o casal para tentar entender o que leva à violência. Nenhuma, no entanto, é política de Estado. “São iniciativas individuais, como a da juíza, mas não foram formalizadas, institucionalizadas”, diz a advogada.

Outra medida urgente é a estruturação da Defensoria Pública no estado, com a consequente criação de um núcleo de atendimento à mulher vítima de agressão. Hoje, cerca de 80% das vítimas são das classes C, D e E, negras ou pardas e sem escolaridade nem renda para contratar um advogado, o que demonstra a urgência de tal iniciativa.

Por fim, o órgão recomendará que seja criado um núcleo da OAB dentro das delegacias, com um advogado pago pelo Estado, e que esteja presente no local 24 horas por dia para prestar esclarecimento sobre a lei às vítimas, além da presença do delegado durante os plantões, algo que hoje não ocorre, por falta de efetivo.

CONTINUA

12 JUN 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ACUSAÇÃO

Entidades de proteção à mulher denunciam delegacia de Curitiba

Movimentos sociais de defesa da mulher acusam a Delegacia da Mulher de Curitiba de descumprir a Lei Maria da Penha. Entre os atos de omissão, a suposta exigência de flagrante para lavrar boletim de ocorrência (BO) e o pedido para que a mulher voltasse ao seu bairro de origem para fazer o BO na delegacia da região. A denúncia foi feita na semana passada à seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

"Temos notícia de que a delegacia se recusa a atender as mulheres e alega que, por falta de policiais, é preciso retornar à delegacia do bairro. Também são despreparados, perguntam à mulher várias vezes se ela tem certeza de que sofreu violência. É um constrangimento e uma nova violência contra a vítima", diz Ludmilla Nascarella, conselheira da ONG Espaço Mulher. "Sem o BO, a mulher fica de mãos atadas, não con-

segue audiência no juizado para ter direito à medida protetiva, por exemplo."

A delegada titular da delegacia, Maritza Haisi, nega os fatos e diz que a ordem é para que o servidor atenda toda vítima que procure o serviço. O problema, de acordo com ela, é que a delegacia não tem competência para investigar certos tipos de crime, como os de natureza patrimonial ou homicídios. "O decreto que criou a delegacia [da mulher] limitou a atuação dela, e, nesse caso, até fazemos o primeiro atendimento, mas o BO é encaminhado para a delegacia que trata daquele crime específico."

A presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB, Sandra Lia Barwinski, diz que o fato de a delegacia ter sido criada por decreto em 1985, antes da Lei Maria da Penha (2006), realmente limita o seu poder de investigação, mas que é preciso esclarecer os servidores de que a autoridade policial tem a obrigação de receber toda e qualquer denúncia.

GAZETA DO POVO

SÍNTESES – ADOÇÃO DE CRIANÇAS

POR PARES HOMOSSEXUAIS

12 JUN 2012

SILVANA DO MONTE MOREIRA

Foco no adotado, não no adotante

A família homoparental é uma realidade em grande parte do mundo. Algumas existentes por laços jurídicos, outras por laços biológicos, o fato é que são famílias e como tal devem ser entendidas e respeitadas.

No Brasil, a adoção homoparental existe e é aceita em vários estados brasileiros. A formação familiar pela adoção é uma realidade irrefutável e visa atender ao melhor interesse da criança e do adolescente. O que importa é que a criança ou o adolescente seja criado em uma família com bases éticas, morais e socioeconômicas compatíveis com suas necessidades e com sua peculiar condição de pessoa em especial estágio de desenvolvimento. O fato de a família ser homoparental ou matrimonial, informal, monoparental, pluriparental, paralela, não importa.

Não existem diferenças entre os procedimentos de adoção. O casal homoparental, tal qual as demais formações familiares heteroafetivas ou monoparentais, passará pelos mesmos procedimentos, ou seja, será avaliado pelos serviços de psicologia e serviço social da Vara da Infância competente, passará pelo crivo do Ministério Público e do Juizado de Menores, e só receberá a habilitação para a adoção se tal ato importar no atendimento ao melhor interesse da criança.

O foco da adoção é a criança e não os adotantes! Essa tecla é batida e rebatida por todos os que militam na área da infância e da juventude ou que vivenciam a adoção. Uma parcela da população, entretanto, por desconhecimento ou por se encontrar ainda contaminada pelo preconceito ou pela aversão ao novo, continua a defender que não é possível a constituição familiar por casais do mesmo sexo e confunde toda a base do instituto da adoção, desfocando seu cerne.

O preconceito, contudo, permanece e os adversários da família homoparental não entendem que a

adoção visa atender aos princípios constitucionais insculpidos no artigo 227 da Constituição Federal, que elenca entre os direitos da criança a “convivência familiar e comunitária”, a salvo da negligência e da discriminação.

Assim, antes de ser um direito dos casais homoafetivos de constituírem uma família (direito esse inquestionável notadamente após decisão proferida pelo STF em maio de 2011), é um direito das crianças e dos adolescentes a conviverem em família.

Nada, absolutamente nada, em termos jurídicos ou por constatação fática, impede a adoção por casais homoafetivos. No Brasil ainda não existem pesquisas para que tal assertiva possa basear-se em dados científicos; contudo, estudos internacionais apontam para a constatação de que famílias homoparentais são famílias na verdadeira acepção da palavra.

Não precisamos de mais leis; precisamos de mais juízes vanguardistas como os das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso da capital do estado do Rio de Janeiro, dentre tantos outros que não temos condições de citar, que contam com inúmeras habilitações e adoções concedidas aos casais do mesmo sexo.

É necessário, ainda, que mais famílias homoparentais busquem o instituto da adoção, diminuindo, assim, o enorme contingente de crianças e adolescentes alijadas do direito de viver em família. Hoje são cerca de 5 mil crianças e adolescentes inseridas no CNA aguardando uma família, e não será o preconceito que roubará desse contingente o direito à cidadania plena assegurada pela inserção em uma família.

Silvana do Monte Moreira é advogada, presidente da Comissão Nacional de Adoção do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e diretora jurídica da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção (Angaad).

LÉLIA CRISTINA DE MELO

A importância dos referenciais masculino e feminino

A família não é uma entidade meramente cultural ou ideológica, e, portanto, não é qualquer junção de pessoas que deve ser considerada como tal. Qualquer junção de pessoas é uma dupla, um grupo, ainda que estejam impregnados de um profundo afeto. Um profundo afeto não é, isoladamente, justificativa para iniciar uma família. A família é atemporal e subsiste aos séculos e às circunstâncias.

A adoção de crianças por pares do mesmo sexo denota dois aspectos muito positivos: a tendência à maternidade/paternidade inerente a toda pessoa, e a disposição dos homossexuais para amar e educar crianças. Entretanto, para constituir família, só o amor não basta. Ele não é o único critério, nem resulta suficiente por si só. Esta é uma instituição social, pública, contínua e duradoura, bem como implica em prole.

Na adoção, não se procura uma criança para os adultos; procura-se pais para uma criança. É ela o agente fraco e indefeso a quem a sociedade deve amparar; é a criança que tem direito à família e é sob essa ótica que a questão deve ser analisada.

A família proveniente de um homem e uma mulher é o habitat mais natural dos filhos, sendo esta também a realidade unívoca que impulsiona as gerações. Em sentido estrito, uma família começa no ato conjugal de casais abertos a uma nova vida.

Para o desenvolvimento psicosssexual natural da criança e a formação da sua identidade, é necessária a presença dos referenciais masculino e feminino. Sabe-se que a consciência do próprio gênero é fator estruturante do psiquismo infantil; a indefinição neste aspecto afeta o autoconceito, a autoestima e as interações sociais das crianças. Fazem parte inexorável da infância a clareza das realidades e a pertencimento a um sexo ou outro. Isso

só é possível quando o núcleo familiar é constituído de casais heterossexuais — posicionamento que, ressaltado, em nada pretende desqualificar a intocável dignidade dos homossexuais —, uma vez que a identidade sexual ocorre através das representações psíquicas transmitidas pela intimidade familiar. É essencial a presença das imagens paterna e materna, em que um progenitor sirva de modelo de identificação, e o outro proponha à criança um modelo de complementação.

Tendo em vista tais premissas, seria injusto com a criança privá-la da convivência com as diferenças sexuais pelo vínculo de pais heterossexuais. Segundo David Popenoe, crianças providas de famílias biparentais passam por estágios de desenvolvimento com mais facilidade, são mais sólidas em sua identidade de gênero, desempenham melhor as tarefas acadêmicas, têm menos distúrbios emocionais e tornam-se adultos melhor preparados.

Desde Freud, passando pela teoria da aprendizagem social e do desenvolvimento cognitivo, há unanimidade nos autores quanto à formação da identidade sexual das crianças ocorrer com o progenitor do gênero correspondente e, ainda que a composição familiar não seja um meio de influência absoluto, é muitíssimo poderoso.

O Estado e a sociedade têm, portanto, à sua frente uma nova seara com que se ocupar: o destino de crianças que clamam por sua proteção e cuja legislação tem o dever de assegurar, promover e proteger o bem comum e, acima de tudo, o bem integral dos menores; afinal, toda criança tem, constitucionalmente, o direito inalienável de ser acolhida e educada nas condições mais favoráveis possíveis.

Lélia Cristina de Melo, psicóloga, é especialista em Neuropsicologia da Aprendizagem, Desenvolvimento Pessoal e Familiar.

As pressões contra o mensalão

Sobre a enxurrada de evidências de pagamento de propina mensal a membros da base governista, nenhuma palavra de José Dirceu e Márcio Thomaz Bastos, como se o mensalão fosse uma peça de ficção criada pela oposição mancomunada com a mídia

O anúncio de que o Supremo Tribunal Federal marcou para 1.º de agosto o início do julgamento do mensalão já serviu para elevar sobremaneira a temperatura nas altas esferas políticas e jurídicas do país. Declarações de alguns dos principais envolvidos, direta ou indiretamente, dão bem a dimensão do clima que cerca o polêmico processo de compra de apoio parlamentar durante o primeiro governo do presidente Lula. Não por acaso, no fim de semana, duas vezes sobressaíram para comentar o tema: a do ex-ministro José Dirceu, réu apontado pela Procuradoria-Geral da República como o mentor do esquema; e a do ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, que advoga para um dos acusados.

Ainda que em eventos diferentes, Dirceu e Bastos falaram a mesma língua com o objetivo único de desqualificar o mensalão. Nesse esforço, tanto um quanto outro centraram suas críticas no trabalho da imprensa, que estaria tentando influenciar o julgamento (segundo Thomaz Bastos) e exigindo a condenação sem provas (na opinião de Dirceu). Sobre a enxurrada de evidências de pagamento de propina mensal a membros da base governista, nenhuma palavra, como se fosse uma peça de ficção criada maleficamente pela oposição mancomunada com a mídia dita monopolista.

Aliás, o próprio ex-presidente Lula, pouco antes de deixar o governo, chegou a afirmar que o mensalão era uma farsa e que se dedica-

12 JUN 2012

ria a desmascarar a trama, desdizendo o que afirmara em reunião ministerial de agosto de 2005. À época, indignado, disse que tanto o PT como o governo precisavam pedir desculpas à nação por práticas inaceitáveis que ocorreram sem o seu conhecimento.

Ainda que não tenha desmascarado o mensalão e esquecido de exigir as desculpas da companheirada como chegou a cogitar, Lula dá mostras de que não desistiu de conspirar contra o seu julgamento às vésperas das eleições municipais de outubro. Dois propósitos parecem mover o ex-presidente nesta empreitada: o partidário, pelo risco de revelações que prejudiquem candidatos petistas às prefeituras; e outro, de cunho pessoal. Neste caso, Lula não quer em seu currículo a pecha de ter sido o presidente em cujo governo ocorreu aquele que é considerado o maior escândalo da história política brasileira.

E as pressões sobre alguns ministros do Supremo evidenciam de forma inequívoca até onde o ex-presidente está disposto a chegar na sua cruzada contra o mensalão. As revelações do ministro Gilmar Mendes sobre o teor da conversa mantida com Lula, que teria insinuado a necessidade do adiamento do julgamento para o próximo ano, são exemplo disso. Além de Gilmar Mendes, Lula teria mantido contato com pelo menos outros dois ministros com o propósito de influir nos rumos do mensalão: Ricardo Lewandowski, revisor do processo; e Dias Toffoli. No caso deste último, paira a dúvida se participará ou não do julgamento, uma vez que trabalhou, durante alguns anos, como advogado do PT.

Pressões à parte, era fundamental para o resgate da credibilidade e da ética nas instituições que o processo do mensalão entrasse na pauta ainda este ano, até como forma de evitar que algumas das penas acabassem prescritas. Ao todo, são 38 os réus denunciados pela Procuradoria da República pelos crimes de formação de quadrilha, peculato, lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta, evasão de divisas e corrupção ativa e passiva. Defenestrar esses elementos que apenas fazem da vida pública trampolim para suas ambições pessoais é o que se espera do julgamento que o STF está prevendo para agosto e que promete ser histórico.

12 JUN 2012

GAZETA DO POVO

» TIAGO RECCHIA



12 JUN 2012

GAZETA DO POVO

PERFUME?

PAIXÃO



12 JUN 2012

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Comissão da Verdade

A Comissão da Verdade teve ontem o primeiro encontro com familiares de mortos e desaparecidos e com ex-presos políticos. Cerca de cem pessoas participaram da reunião, em São Paulo, que teve vários momentos de emoção, segundo relatos dos presentes. Um dos pontos debatidos foi a possibilidade de a comissão apurar as ações dos grupos de esquerda. O coordenador da comissão, Gilson Dipp (foto), ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), voltou a descartar essa possibilidade. Segundo ele, o foco será apurar os crimes do Estado e não os dos dois lados. "Quais são os dois lados? Vamos procurar as graves violações aos direitos humanos. Quem é que comete graves violações? A lei diz isso [que trata-se do Estado]. O ministro afirmou que o grupo deve começar a ouvir os agentes da ditadura. "Vamos ouvi-los em um curto espaço de tempo. A lei fala em convocação. E a convocação é mais que um convite. É uma convocação a que não se pode furtar a depor."

Marcello Casal Jr./ABR



O número

180

é o total de cargos comissionados de assessor de promotoria que o Ministério Público Estadual (MP) pretende criar nos próximos meses, conforme projeto enviado à Assembleia Legislativa do Paraná. O impacto mensal na folha do órgão será de R\$ 760 mil.

▷ FUNCIONALISMO

Servidores do TC terão reajuste de 5%

Os servidores ativos e inativos do Tribunal de Contas do Paraná (TC) irão receber um reajuste salarial de 5,1%. O projeto de lei que autoriza o aumento foi votado e aprovado ontem, em primeira discussão, na Assembleia Legislativa. O índice é equivalente à inflação dos últimos 12 meses — maio de 2011 a maio de 2012 — e, portanto, não há aumento real no salário dos servidores.

A reposição de 5,1% está sendo autorizada para todos os servidores públicos do Paraná. O valor foi negociado pelo Executivo com o funcionalismo estadual no fim de maio e vem servindo de parâmetro para os outros órgãos.

A Assembleia já aprovou o reajuste para os seus próprios servidores. A proposta do Ministério Público Estadual (MP) foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e deve seguir para votação nos próximos dias.

O reajuste para o Tribunal de Justiça também aguarda para ser votado.

» JUSTIÇA

GAZETA DO POVO

Mutirão tenta apressar pagamento de dívidas trabalhistas

Igor Castanho,
especial para a Gazeta do Povo

! Começou ontem a segunda Semana Nacional de Execução Trabalhista, iniciativa promovida pela Justiça do Trabalho para estimular a realização de acordos e o pagamento de dívidas trabalhistas. Em todo o estado estima-se que mais de R\$ 2 bilhões em execuções estejam em andamento e que mais de R\$ 1 bilhão não tenha sido repassado aos trabalhadores, por falta de condições de pagamento.

Até sexta-feira, um mutirão com cerca de 460 audiências deverá ser realizado em Curitiba, além de outras 500 no interior do estado. "O objetivo é solucionar impasses e promover o maior número de conciliações possíveis", comenta Eduardo Baracat, juiz e coordenador da semana no Paraná. Ele destaca que a pauta dos julgamentos contemplou os principais devedores do estado.

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 9.^a Região, que abrange todo o estado, tem hoje cerca de 80 mil processos em seu arquivo provisório. Trata-se de ações que já tiveram a sentença definida, foram executadas, mas não pagas. Há ainda 140 mil processos em execução que não foram pagos, por estarem na fase de recurso ou no aguardo do pagamento, por exemplo. Considerando

a média de R\$ 15 mil por processo, estabelecida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), pode-se dizer que dívidas de R\$ 1,2 bilhão não foram pagas e que as ações em trâmite somam cerca de R\$ 2,1 bilhões.

Baracat salienta que existem três fatores-chave que dificultam a execução trabalhista. O primeiro é a grande quantidade de recursos que a lei oferece para o acusado recorrer. Outro problema é o desaparecimento do devedor, que pode se mudar ou extinguir a empresa para não ser localizado. Por fim, ainda que o devedor seja localizado, há o risco de que ele não tenha patrimônio disponível para o pagamento.

Alguns artifícios são utilizados para enfrentar esses obstáculos. Durante toda a semana o TRT vai intensificar as consultas aos cadastros da Sanepar e da Copel, em busca de dados sobre os devedores. Além disso, o sistema Bacen Jud, fruto de uma parceria entre o Judiciário e o Banco Central, vai facilitar o bloqueio de contas e a localização de julgados.

A adesão dos tribunais regionais foi voluntária e, segundo Baracat, a maioria aceitou participar. "Em Curitiba mesmo já tivemos [ontem] um bom número de acordos."

R\$ 1,2
BILHÃO

é o valor estimado de dívidas trabalhistas já executadas mas não pagas no Paraná. Há cerca de R\$ 2,1 bilhão em execução.

12 JUN 2012

» JUSTIÇA

Câmara apela ao MP para barrar leilão do Pinheirão

! O leilão do Estádio Pinheirão, marcado para quinta-feira, está ameaçado de não ocorrer. As comissões de Serviço Público e de Urbanismo e Obras Públicas da Câmara Municipal de Curitiba enviaram ontem um ofício ao Ministério Público do Estado do Paraná (MP-PR) pedindo a suspensão da venda pública do estádio. O valor pedido na primeira praça do leilão é de R\$ 69 milhões.

Os vereadores discutem mecanismos legais para reverter a doação do estádio, feita pelo município à Federação Paranaense de Futebol (FPF), em 1969, alegando que algumas condições impostas à doação não foram cumpridas. Atualmente, as dívidas do estádio somam quase R\$ 40 milhões. O presidente da FPF, Hélio Cury, foi convidado para falar sobre o assunto no plenário da Câmara no próximo dia 18 de junho.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

INTERCÂMBIO

Judiciário Chinês estreita 12 JUN 2012 parceria com o STF

Visita faz parte do Protocolo de Intenções

sobre Cooperação na Área Jurídica

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ayres Britto, recebeu na última semana uma delegação de representantes do Poder Judiciário da República Popular da China, acompanhada pelo vice-presidente da Corte Popular Suprema do país, Jing Hanchao. A visita faz parte do Protocolo de Intenções sobre Cooperação na Área Jurídica firmado em 2009 entre as Cortes Supremas do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). O magistrado chinês lembrou que a assinatura do protocolo lançou alicerces para a ampliação das parcerias entre os dois países. "Brasil e China são países emergentes que passam por processos semelhantes de crescimento econômico e enfrentam problemas similares, como o aumento das disparidades sociais e o crescimento da demanda do Poder Judiciário", observou Hanchao.

A delegação se mostrou interessada particularmente em dois aspectos: os mecanismos processuais para atender a grande demanda e as medidas que garantem a transparência e melhoram a credibilidade do Judiciário brasileiro. O ministro Ayres Britto falou sobre institutos como a súmula vinculante e a repercussão geral e sobre as metas de produtividade estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e lembrou que o fato de as sessões terem cobertura em tempo real permite que o entendimento do Supremo sobre questões relevantes chegue rapidamente ao conhecimento dos demais juízes.

O ponto que mais despertou a curiosidade dos representantes da China foi a transmissão ao vivo das sessões de julgamento do STF pela TV e pela Rádio Justiça. O vice-presidente da Corte Popular mostrou-se impressionado e disse que a transparência é uma das preocupações do Judiciário chinês, mas a ideia ainda encontra resistências.

Ayres Britto explicou que, no início, a medida também causou estranheza a alguns magistrados e setores da sociedade, mas hoje está consolidada, e as sessões despertam grande interesse popular. "As transmissões ao vivo são o reconhecimento social de que o povo tem o direito de saber como trabalha o Poder Judiciário", afirmou.

O presidente do STF esclareceu também que, nos 23 anos de vigência da Constituição da República, o STF nunca realizou uma sessão secreta. "A sociedade internaliza a ideia de que a diversidade também está representada dentro do Supremo, e que o que prevalece é o princípio da maioria", afirmou, ao ser questionado sobre a exposição das divergências internas em torno de temas importantes para a vida nacional. "É uma conquista definitiva, um caminho sem volta".

No fim do encontro, o ministro entregou aos integrantes da delegação exemplares da Constituição da República, e recebeu de presente a réplica de uma obra de arte chinesa que representa um cavalo em movimento. "A cooperação entre a Justiça brasileira e a chinesa será como esse cavalo, a galope", afirmou Jing Hanchao.

12 JUN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CCJ confirma Magistrada para o STJ

A Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça do Senado (CCJ) confirmou, por unanimidade, o nome da Desembargadora Assusete Magalhães para o cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça. A Magistrada foi indicada pela Presidente da República, Dilma Rousseff, no último dia 24 de maio para ocupar a cadeira aberta com a aposentadoria do Ministro Aldir Passarinho Júnior, em abril de 2011.

O Presidente da AMB, Nelson Calandra, acompanhou a oitiva e destacou o preparo da Magistrada para o cargo na mais alta Corte infraconstitucional do País. Juíza mineira de carreira, Assusete tem 63 anos, dos quais 28 dedicados à Magistratura. Atualmente, compõe o Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A Desembargadora foi a terceira mulher a tomar posse no TRF-1, em 1993, mas a primeira — e única até hoje — a presidir o Tribunal, de 2006 a 2008.

A decisão da CCJ agora segue para o Plenário do Senado, que deve dar o referendo final à indicação.

12 JUN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça do Trabalho faz 2ª Semana de Execução Trabalhista

Durante a 2ª Semana Nacional de Execução Trabalhista, de 11 a 15 de junho, a Justiça do Trabalho vai leiloar milhares de bens que foram penhorados para assegurar o pagamento de direitos trabalhistas não quitados pelos devedores. O leilão nacional de bens da Justiça do Trabalho está marcado para 15/6 e será realizado simultaneamente pelos Tribunais Regionais do Trabalho, de forma eletrônica ou presencial. “Com esta iniciativa, coordenada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o objetivo é solucionar o maior número de processos, de forma que os trabalhadores consigam receber o que já foi decidido”, afirma o juiz do Trabalho Marcos Fava, coordenador nacional do evento.

Entre os bens já listados pelos tribunais, há milhares de imóveis, veículos e equipamentos. Chama a atenção um navio com 72,65m de comprimento apreendido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA). A embarcação está avaliada em R\$ 2 milhões e o lote já está aberto para lances eletrônicos. Outro bem de grandes proporções é o estádio do Náutico, em Recife.

O clube tem uma dívida trabalhista de cerca de R\$ 280 mil com o ex-jogador Josenildo Caetano da Silva. Como não houve acordo entre o meio campista e a direção do Náutico, a sede social e o estádio serão leiloados, com avaliação em R\$ 60 milhões. Caso sejam arrematados e existam outras dívidas trabalhistas do clube a serem quitadas, já em fase de execução, elas poderão ser descontadas do valor arrecadado, juntamente com o que é devido ao ex-jogador, sendo o restante devolvido ao clube.

Assim como na primeira edição do evento, este ano também serão leiloados vestidos de noiva. Um dos lotes do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (Piauí) possui dois na cor branca e um na cor champanhe. Para arrematar as peças, os interessados terão de desembolsar, no mínimo, R\$ 2.100. Nas listas de bens há ainda joias, roupas, calçados, alimentos, bebidas, maquinário, coleções de facas, obras de arte, animais e até 200 metros lineares de eucalipto. Veja o “classificados” aqui.

Mais sobre os leilões - Para participar dos leilões, é preciso fazer

cadastro prévio. Para leilões eletrônicos, a apresentação de documentos deve ser feita via internet com antecedência. Assim, é possível fazer a conferência das informações e verificar a identidade do interessado. No leilão presencial, o cadastramento pode ser feito no mesmo dia do evento; nos locais indicados, desde que sejam apresentados documentos de identificação. Após arrematar os bens, o comprador precisa efetuar o pagamento no mesmo dia.

Vale destacar que os bens podem ser retirados dos leilões a qualquer momento. “Se o devedor quitar a dívida, fizer acordo ou se houver algum recurso, os bens podem ser retirados do leilão. O objetivo da Justiça não é simplesmente vender o bem, mas fazer com que a dívida seja paga”, explica o juiz Fava.

Mais sobre a Semana - De 11 a 15 de junho, magistrados e servidores dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho se dedicarão, exclusivamente, à avaliação de processos em execução, fase em que se impõe o cumprimento do que foi determinado pela Justiça, o que inclui a cobrança forçada feita a devedores para garantir o pagamento de direitos.

12 JUN 2012

JORNAL DO ESTADO

Condenação

O Tribunal de Justiça manteve, no último dia 5, decisão condenando o Estado do Paraná pelo assassinato de Antônio Tavares Pereira, agricultor morto pela Polícia Militar na BR-277 no ano 2000. A condenação se deu em ação de reparação civil movida pela viúva e pelos cinco filhos do agricultor. O assassinato ocorreu quando a PM impediu que um comboio de 50 ônibus vindos do interior entrasse na capital paranaense. Quando os ônibus foram parados na BR-277, já próximo a Curitiba, os policiais tentaram impedir que as pessoas descessem, efetuando disparos com armas de fogo. Além da morte de Antônio Tavares, a ação da polícia resultou em 185 feridos. Os ônibus traziam cerca de mil agricultores que participariam de uma manifestação pelo Dia do Trabalhador.

Demora

Durante quase 12 anos, a viúva e os cinco filhos de Antônio Tavares, o mais velho com 15 e o mais com 4 anos à época, passaram por dificuldades financeiras. “A justiça é muito lenta, demora pra resolver os problemas. São 12 anos pra só hoje ter uma decisão mínima, que nem satisfaz nossas demandas básicas. Foi um engatinhar, coisa que já poderia ter se resolvido há muito tempo”, lamentou Maria Sebastiana, viúva de Antônio Tavares.

MÃES ADOTIVAS

Justiça estende direito de 120 dias

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi obrigado a conceder licença-maternidade de 120 dias para mães que adotarem criança ou adolescente de qualquer idade.

Hoje a licença é limitada à idade da criança. Além disso, o benefício não é concedido se ela tiver mais de oito anos.

A decisão, da 1ª Vara Federal de Florianópolis, também vale para quem já adotou criança com mais de um ano e ainda está de licença.

Nesses casos, a segurada não será obrigada a pedir a prorrogação do pagamento.

“A prorrogação do prazo para 120 dias será efetivada de ofício pelo INSS, independentemente de requerimento administrativo da segurada”, informou o instituto.

Na decisão, o juiz Marcelo Krás Borges disse ser “indispensável” que a criança adotada tenha intimidade com os pais nos primeiros meses — por isso a licença deve ser prorrogada para 120 dias.

Para ele, a lei atual desestimula a adoção de crianças que “poderiam ter um rumo com o acolhimento e educação em uma família estável”.

A ação civil pública foi movida pelo Ministério Público Federal. O INSS irá recorrer.

JORNAL DO ESTADO

JUSTIÇA BLOQUEIA

BENS DE

Derosso 12 JUN 2012

e Cláudia Queiroz

Ex-presidente da Câmara e jornalista são acusados de improbidade em contratos de publicidade do Legislativo

A 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba e Região Metropolitana divulgou a decisão da Justiça de decretar a indisponibilidade de bens do ex-presidente da Câmara Municipal de Curitiba, vereador João Cláudio Derosso (sem partido), da jornalista e ex-esposa de Derosso, Cláudia Queiroz Guedes, proprietária da agência de publicidade Oficina da Notícia, além de cinco funcionários do Legislativo. O bloqueio no valor de R\$ 5,9 milhões, foi determinado pelo juiz substituto Jailton Juan Carlos Tontini, a pedido do Ministério Público, que acusa Derosso e os demais envolvidos de improbidade administrativa, por irregularidades em contratos de publicidade da Câmara. A intenção, segundo o MP, é garantir o ressarcimento dos cofres públicos em caso de condenação dos acusados.

Além de Derosso e Cláudia Queiroz, tiveram os bens bloqueados Washington Luiz Moreno, Airton Luiz Bonacif Borges, Maria Angélica Bellani Martins, Priscilla de Sá e Benevides Carneiro e Oficina da Notícia Ltda. Os promotores acusam o ex-presidente da Câmara de ter contratado a empresa de propriedade de sua ex-esposa, por R\$ 5,2 milhões, para serviços de publicidade, sem a devida divulgação. Na época da licitação, Cláudia Queiroz ocupa-

INDISPONÍVEIS

R\$ 5,9
MILHÕES

É o valor do
bloqueio dos bens
de Derosso,
Cláudia Queiroz
e funcionários da
Câmara, decretados
pela Justiça

va cargo comissionado no Legislativo. Segundo os argumentos do MP, ela não poderia ter participado da licitação.

De acordo com a investigação, a jornalista teria sido contratada em 1º de fevereiro de 2006, e demitida em 1º de maio do mesmo ano. “O ato de exoneração foi expedido em 08.05.2006 – mesma data da assinatura do contrato de prestação de serviços entre a Câmara Municipal de Curitiba e a empresa Oficina da Notícia”, relatam os promotores na ação.

Assessoria - Além disso, segundo eles, Derosso já conhecia Cláudia Queiroz “antes de assinar seu ato de nomeação para o cargo”. A prova, de acordo com o MP, é que “em meados de 2005, após deixar cargo comissionado no Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ela passou a desenvolver ativi-

dades relacionadas à assessoria de imprensa particular dele – fato confirmado pelo ex-marido dela, o qual teria presenciado conversas telefônicas entre eles”. Além disso, por proposição de Derosso, a jornalista recebeu em março de 2005, da Câmara Municipal de Curitiba o “Premio Dino Almeida”.

Em 10 de janeiro de 2006, relata a ação, Cláudia Queiroz alugou imóvel de propriedade do vereador para acomodar sua empresa. E sua mãe, Noêmia Queiroz Gonçalves dos Santos, a partir de maio de 2005, foi contratada para trabalhar – cargo em comissão – no gabinete da presidência da Câmara.

Outra irregularidade, segundo o MP, foram os aditivos contratuais que elevaram o negócio para R\$ 5,2 milhões, assinados por Derosso em 2008 e 2009, quando os dois “já mantinham relacionamento íntimo de afeto, passando a coabitar desde o final do ano de 2007”.

“Conforme já mencionado quando da análise acerca do recebimento da petição inicial, os fatos narrados pelo Ministério Público estão alicerçados em documentos e depoimentos que foram amealhados ao inquérito civil público que instrui a presente demanda, os quais são mais que suficientes para demonstrar, ainda que superficialmente, a prática de atos de improbidade administrativa pelos réus”, concluiu o juiz na decisão.

12 JUN 2012

JORNAL DO ESTADO

TRT-PR promove 1.000 audiências até dia 15

CONCILIAÇÕES

MUTIRÃO TENTA ESVAZIAR PAUTA DE MIL DISPUTAS TRABALHISTAS

Cerca de mil audiências de conciliação entre trabalhadores e empresas devem ser realizadas pela Justiça do Trabalho do Paraná nesta semana. As reuniões fazem parte da Semana Nacional de Execução Trabalhista, com intenção de auxiliar o recebimento dos valores em questões já decididas por um juiz. Apenas em Curitiba serão cerca de 500 audiências em cinco dias. De acordo com a pauta das audiências, a maioria envolve ações contra a empresa de varejo WMS Supermercados do Brasil S.A. (Wal Mart) e os bancos HSBC e Caixa.

Cerca de mil audiências de conciliação entre trabalhadores e empresas devem ser realizadas pela Justiça do Trabalho do Paraná nesta semana. As reuniões fazem parte da Semana Nacional de Execução Trabalhista, com intenção de auxiliar o recebimento dos valores em questões já decididas por um juiz. Apenas em Curitiba serão cerca de 500 audiências em cinco dias. De acordo com a pauta das audiências a maioria envolve ações contra a empresa de varejo WMS Supermercados do Brasil S.A. (Wal Mart) e os bancos HSBC, Banco do Brasil e Caixa.

Foram pré-selecionados processos específicos. E de acordo a presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), Rosemarie Pimpão, constam dos grandes devedores da Justiça do Trabalho. Contudo, ela assegura que o

TRT está sempre apto a atender às demandas dos trabalhadores. “O cidadão, a qualquer momento, pode procurar a Justiça do Trabalho”, garantiu.

De acordo com Pimpão, serão atendidos os casos em fase de execução, os quais devem ser conciliados perante um juiz que imprimirá a solução considerada adequada. “O objetivo é antecipar a solução do litígio e fazer chegar às mãos do empregado o seu crédito reconhecido na sentença do juiz”, explicou a presidente.

Participam do mutirão as Varas do Trabalho de Curitiba, Arapongas, Castro, Bandeirantes, Cornélio Procópio, Francisco Beltrão, Ivaiporã, Umuarama, 5ª Vara do Trabalho de Londrina, 4ª e 5ª de Maringá e 2ª e 3ª de Ponta Grossa. Mais informações podem ser acessadas no site do TRT-PR.

O ESTADO DE S. PAULO LALAU PÔS CÂMERA PARA VIGIAR SEUS VIGIAS

Ex-juiz espiava agentes em sala na casa onde cumpre pena; ele pode perder prisão domiciliar

A Justiça Federal determinou nova perícia médica no ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2.^a Região (TRT2), em São Paulo, que cumpre pena em regime domiciliar há dez anos. A medida foi tomada porque Nicolau, segundo a Polícia Federal, inverteu os papéis: de condenado sob vigilância, ele teria espionado sua escolta por meio de uma câmera de circuito fechado que mandou instalar clandestinamente no cômodo da casa onde ficam alojados os federais.

O equipamento foi descoberto por um agente da equipe da PF que se reveza dia e noite na guarda de Nicolau, a quem a Justiça impôs 26 anos de prisão pelo suposto desvio de verbas da obra do Fórum Trabalhista da capital.

“O dr. Nicolau não estava monitorando os federais”, reage o advogado Celmo de

Assis Pereira. “A câmara estava lá há anos, mas exclusivamente por uma questão de segurança da casa. Ele (*Nicolau*) não pode ser exceção, só porque foi juiz.”

A ação penal ainda não chegou ao término porque o Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprecia recurso especial da defesa. Desde que se entregou, após oito meses foragido, Nicolau, hoje com 84 anos, alega estado de saúde precário e por isso permanece no casarão do Morumbi.

Em março, o Ministério Público Federal requereu que “seja declarada a melhora do estado de

saúde de Nicolau, não havendo justificativa, por motivo de doença, da permanência em regime de prisão domiciliar”. Em 25 de abril, a Justiça mandou a Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário agendar o exame do ex-magistrado.

Na rua. De início, os policiais ficavam de plantão na rua, em uma viatura. Depois, a Justiça mandou que fosse providenciado um cômodo da casa para alojar a equipe. Segundo a PF, a câmara foi localizada em meados de 2011 atrás da grade de uma janela que separa o quarto de acomodação dos agentes da garagem da residência. O aparelho estava embutido em uma caixa de papelão de cor laranja com os dizeres Black & Decker, com pequenos furos em suas laterais, que permitiam filmagens.

Peritos constataram que as imagens captadas pelo mecanismo eram exibidas “em tempo real” para um monitor de TV na sala principal da casa. Laudo da PF, com 17 fotografias, indica existência de outro dispositivo eletrônico supostamente para captação de áudio.

Relatório da PF narra que o próprio magistrado “exigiu a recolocação da câmera no seu exato local de origem, para que as gravações do interior do quarto dos plantonistas continuassem sendo realizadas”. A PF destacou que a “conduta acintosa do custodiado ofende a toda esta instituição, que mantém a vigilância (*de Nicolau*) há longos anos, com um custo para a União de mais de R\$ 500 mil

por ano, somente considerados os salários dos policiais diretamente encarregados da missão”.

Transferência. A PF representou “pela transferência (*de Nicolau*) para o regime disciplinar diferenciado, a ser cumprido em um estabelecimento prisional federal” e requisitou “a destruição de quaisquer mídias ou do conteúdo de qualquer dispositivo de armazenamento de imagens que contenham gravações dos policiais federais no cômodo destinado à equipe de plantão, vez que ilegais”.

“A própria PF fez um procedimento administrativo concluindo que não há fato típico penalmente punível”, assinala o advogado Celmo Assis Pereira. “Estão ressuscitando uma coisa que já acabou. A câmara fazia o monitoramento da garagem.”

A Procuradoria da República atribui a Nicolau prática de “falta grave”.

“Os documentos, com o laudo pericial, confirmam que Nicolau monitorou clandestinamente e com finalidade injustificada, por período de tempo desconhecido, a atividade dos agentes, inclusive com possibilidade de gravação das conversas por eles tidas”, adverte a Procuradoria. “Este tipo de conduta simplesmente subverteu o objetivo e as finalidades da execução penal ou mesmo do cumprimento da prisão preventiva domiciliar, transformando o executando em vigilante daqueles que deveriam vigiá-lo.”

PARA LEMBRAR

Nicolau dos Santos Neto, o Lalau, foi condenado a 26 anos de prisão pelo desvio de R\$ 170 milhões da construção da sede do TRT de São Paulo. Preso em dezembro de 2000, após 8 meses fugindo, por meio de habeas corpus conseguiu prisão domiciliar. Em 2002, a Justiça Federal o condena a 8 anos de prisão e, em 2006, o TRF amplia a pena para 26 anos. Em julho de 2007, ele volta ao regime fechado, mas consegue, com outro habeas corpus, retornar à prisão domiciliar.

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

'Dr. Nicolau não tem por que bisbilhotar policiais'

12 JUN 2012

O advogado Francisco de Assis Pereira, defensor de Nicolau dos Santos Neto, rechaçou com veemência a hipótese de seu cliente ter gravado imagens e conversas dos policiais que formam a escolta. "Essa câmera já estava instalada muito tempo antes do decreto de prisão do dr. Nicolau. A residência dele sempre dispôs desse mecanismo para segurança da família, jamais para espionagens."

Assis Pereira é taxativo. "A própria Polícia Federal verificou que não havia nenhum filme, nenhuma gravação de seus agentes. Determinada a busca e apreensão, nem imagens nem áudio foram localizados. O dr. Nicolau não tinha e não tem nenhum interesse em bisbilhotar os policiais. Para que faria isso? Estão fazendo uma tormenta em copo d'água."

Ele ressalta que não existe possibilidade de o ex-juiz ser transferido para prisão fechada. Seu argumento encontra amparo na nova redação do artigo 318 do Código de Processo Penal, que prevê o regime domiciliar a quem tiver mais de 80 anos. "O dr. Nicolau tem 80% das coronárias entupidas. Mas o caso dele não depende de laudo médico porque sua permanência (*em domiciliar*) é consequência da idade dele."

Com 56 anos de advocacia, Assis Pereira vê "graves equívocos contra o dr. Nicolau" nos autos sobre fraudes na construção do Fórum Trabalhista. "Ele é inocente, nada contra o dr. Nicolau é verídico. É um injustiçado, a condenação é terrível. Ninguém quer a verdade."

"O dr. Nicolau foi condenado nos seguintes termos: por ter se apropriado de todo o dinheiro que saiu do Tesouro. A Receita cobra R\$ 167 milhões com juros e correção, o que dá R\$ 1 bilhão. Mas o fato é que ele não se apropriou de nada, nunca pegou um tostão da obra. O dr. Nicolau só liberava recursos em documento com outras 22 assinaturas. O Plénario do TRT aprovou a contratação, o Tribunal Superior do Trabalho e o Tribunal de Contas da União também. A condenação é um excesso. Juiz não pode ser justiceiro, o clamor público é muito perigoso."

12 JUN 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Bloqueados os bens de Derosso e sua ex-mulher

O ex-presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso, a jornalista Cláudia Queiroz e a agência de publicidade Oficina da Notícia estão com os bens bloqueados. A decisão judicial é fruto da ação proposta pela Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público de Curitiba pela improbidade administrativa na contratação da agência para a Câmara. O juiz substituto Jailton Juan Carlos Tontini, da 1.^a Vara da Fazenda Pública de Curitiba e Região Metropolitana, foi quem assinou o decreto.

Também foi decretada a indisponibilidade de bens de Washinton Luiz Moreno, Airtton Luiz Bonacif Borges, Maria Angélica Bellani Martins e Priscilla de Sá e Benevides Carneiro, até o valor limite de R\$ 5,9 milhões. Ainda nessa decisão, o juiz negou o pedido da defesa de Cláudia Queiroz e da Oficina da Notícia para que as notas fiscais que comprovam a prestação dos serviços durante a execução do contrato fossem recebidas em meio físico. Segundo Tontini, a prestação do serviço pode ser comprovada com a juntada de certidão emitida pela Câmara.

Recurso

Na avaliação do advogado de defesa de Derosso, Antônio Augusto Figueiredo Basto, o "Judiciário está se deixando contaminar pelo que é publicado na imprensa". Ele diz que o caso merece avaliação mais aprofundada e que deve recorrer. "Vamos deixar só o Ministério Público falar e deixar para discutir o processo nos autos", declarou.

12 JUN 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Bloqueados os bens de Derosso e sua ex-mulher

O ex-presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso, a jornalista Cláudia Queiroz e a agência de publicidade Oficina da Notícia estão com os bens bloqueados. A decisão judicial é fruto da ação proposta pela Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público de Curitiba pela improbidade administrativa na contratação da agência para a Câmara. O juiz substituto Jailton Juan Carlos Tontini, da 1.^a Vara da Fazenda Pública de Curitiba e Região Metropolitana, foi quem assinou o decreto.

Também foi decretada a indisponibilidade de bens de Washinton Luiz Moreno, Airtton Luiz Bonacif Borges, Maria Angélica Bellani Martins e Priscilla de Sá e Benevides Carneiro, até o valor limite de R\$ 5,9 milhões. Ainda nessa decisão, o juiz negou o pedido da defesa de Cláudia Queiroz e da Oficina da Notícia para que as notas fiscais que comprovam a prestação dos serviços durante a execução do contrato fossem recebidas em meio físico. Segundo Tontini, a prestação do serviço pode ser comprovada com a juntada de certidão emitida pela Câmara.

Recurso

Na avaliação do advogado de defesa de Derosso, Antônio Augusto Figueiredo Basto, o “Judiciário está se deixando contaminar pelo que é publicado na imprensa”. Ele diz que o caso merece avaliação mais aprofundada e que deve recorrer. “Vamos deixar só o Ministério Público falar e deixar para discutir o processo nos autos”, declarou.

1 2 JUN 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Mutirão busca acordo em milhões do TRT

A Justiça do Trabalho do Paraná fará cerca de mil audiências entre empresas e trabalhadores até sexta-feira, na Semana Nacional de Execução. Só em Curitiba, no Juízo Auxiliar de Conciliação, estão previstas 462 audiências. No interior do Estado, serão outras 500 audiências visando ao acordo em processos na fase de execução.

A presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, explica que o foco da Semana de Execução são os processos em que constam os grandes devedores da Justiça do Trabalho, mas "a qualquer momento qualquer cidadão que tenha um processo na Justiça do Trabalho pode se socorrer dela para conciliar o seu caso". "A conciliação possibilita que uma execução que não teria fim como em situações em que o devedor não possui patrimônio para sanar a dívida possam ser solucionadas", comenta o juiz Eduardo Baracat, coordenador das atividades no Paraná.

Esta opinião é compartilhada por Ednéia Aparecida Severino, que esperava há dois anos a conclusão de uma ação trabalhista, que possibilitou o ressarcimento de feriados trabalhados e danos morais. "A conciliação é muito interessante porque diminui o tempo de espera para a resolução dos processos", aponta. Kátia Moraes de Souza aguardou cinco anos para ter o processo trabalhista finalizado ontem, em uma audiência do mutirão na capital. Funcionária de uma rede de supermercados por quatro anos, ela ajuizou processo porque desempenhava funções que não condiziam com o setor para o qual havia sido contratada, além de cumprir jornadas excessivas de trabalho.

CONJUR 12 JUN 2012

Suspensa prisão de avós que não pagaram pensão

O Superior Tribunal de Justiça acatou o pedido de Habeas Corpus da defesa de um casal de idosos e suspendeu a prisão dos dois por falta de pagamento de pensão alimentícia ao neto. Em novembro de 2009, o neto ajuizou ação de alimentos. Alegou que as obrigações do pai não foram cumpridas. Os avós sustentaram impossibilidade de pagamento. O juízo fixou os alimentos no valor de um salário mínimo.

Então, em julho de 2010, foi ajuizada execução de alimentos e os avós intimados a pagar o valor devido, sob pena de prisão civil. Eles entraram com um pedido de Habeas Corpus no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que negou o pedido, sob o fundamento de não ser a prisão ilegal ou abusiva. Assim, foi decretada a reclusão por 60 dias.

No STJ, o casal alegou que o pai do menor está vivo, trabalha, não apresenta qualquer problema e já contribui com alimentos, o que afastaria a extensão do ônus aos avós, que não possuem condições de arcar com a despesa. Sustentou, ainda, que há outras maneiras de executar o débito alimentar menos severas que a prisão.

O ministro Antonio Carlos Ferreira entendeu que a prisão dos avós paternos deve ser a última medida adotada, ainda mais quando o pai já paga pensão e existe nos autos do processo a prova de que parte do pagamento já foi feito. Por isso, ele concedeu a liminar para suspender o mandado de prisão.

Antonio Carlos Ferreira pediu informações ao juízo da 3ª Vara Cível de Santa Rosa (RS) sobre a situação das ações de alimentos movidas pelo menor contra o pai e os avós. Determinou, ainda, que os avós passassem a pagar as parcelas fixadas nos próximos meses, antes da apreciação do mérito do Habeas Corpus. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*

*O número deste processo não é divulgado em razão de sigilo judicial.

CONJUR 12 JUN 2012

Mutirões do SFH devem recuperar R\$ 180 milhões

Os mutirões de conciliação do Sistema Financeiro de Habitação devem recuperar, até o final do ano, R\$ 180 milhões. A estimativa foi divulgada nesta segunda-feira (11/6) pelo Conselho Nacional de Justiça, que promove as audiências em parceria com a Justiça Federal, a Caixa Econômica Federal e a Empresa Gestora de Ativos (Emgea).

Segundo a corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, a meta para 2012 é fazer 10.707 audiências em todo o país e assim reduzir o estoque de processos relacionados ao SFH. “São processos que fazem volume enorme na Justiça e os juízes não sabem como resolver, pois muitos mutuários não têm como pagar a dívida. Mais do que tirar essas ações da Justiça, nós resolvemos os problemas de milhares de mutuários, que solucionam suas pendências e agora podem conquistar o seu bem mais precioso, que é a casa própria”, afirmou a ministra.

Com o mutirão, a expectativa é que até o final deste ano 3.500 contratos de financiamento habitacional sejam regularizados, permitindo o financiamento de 2.200 novas moradias. Do início do ano até o final de maio, cerca de 4 mil audiências de conciliação já foram feitas pela Justiça Federal.

Como resultado, em cinco meses, R\$ 77,9 milhões retornaram ao Sistema Financeiro de Habitação, o correspondente a 43% da meta para todo o ano de 2012. “Eram títulos podres, que a Emgea já tinha dado como perdidos. Quando conseguimos fazer com que milhões retornem ao SFH para o financiamento de novas moradias, isso é um sucesso”, disse a corregedora nacional.

Só no TRF da 2ª Região (São Paulo e Mato Grosso do Sul) foram 1.527 audiências este ano, enquanto na 1ª Região pelo menos 907 já aconteceram. Em todo o país, mais de 1.200 acordos foram firmados entre os mutuários e a Caixa Econômica Federal. Além dos mutirões, estão agendadas outras 7.817 audiências de conciliação que serão promovidas até o final de dezembro. Caso todas elas sejam concluídas, a expectativa é que os TRFs ultrapassem em 10% a meta estipulada em conjunto com os órgãos parceiros para 2012.

Segundo a coordenadora da conciliação na Justiça Federal do Distrito Federal e parceira no programa, juíza Gilda Sigmaringa Seixas, os mutuários com processos judiciais interessados em conciliar devem procurar os núcleos de conciliação da Justiça Federal de seus estados. Nos casos em que a dívida ainda não está sendo contestada na Justiça, as pessoas devem procurar as agências de vinculação de seus financiamentos, para buscar um acordo ainda na via administrativa, diretamente com a Emgea. “Até o final deste ano, só no DF vamos realizar 330 audiências, para solucionar processos do SFH”, informou ela. *Com informações são da Assessoria de Imprensa do CNJ.*

L'ACCORDO Dal Brasile all'Alma Mater

I giudici brasiliani studiano all'Alma Mater per diventare giudici europei. È l'obiettivo dell'accordo che sarà siglato oggi tra l'ateneo, scuole di magistratura brasiliane e rappresentanti della magistratura italiana. La facoltà di Giurisprudenza ora e il dipartimento di Scienze giuridiche poi, accoglieranno i giudici brasiliani. L'Alma Mater, assieme alla Sorbona, avvicina i giudici brasiliani alle tradizioni giuridiche europee.

FLASH



I 'posticini' di Riccardo e Chiara

Riccardo Rossi e la blogger gastronomica Chiara Maci hanno girato tra la città, Casalecchio e Savigno una puntata del programma 'Conosco un posticino' in onda su Dove Tv



Gli chef di Casa Barilla

Il tour Sughì Barilla fino a domenica fa tappa al Centro commerciale Gran Reno dove gli chef dell'Accademia danno dimostrazione della loro perizia



L'Enoteca guarda a Oriente

Hong Kong è il primo porto franco del vino al mondo e l'Enoteca Regionale vuole farsi strada proprio in questo mercato, dal valore stimato di 7 miliardi di dollari. Strategica in questo senso la partecipazione al Vinexpo Asia-Pacific

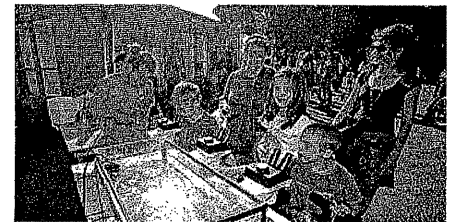


Dettiamo legge al Brasile

La facoltà di Giurisprudenza e il dipartimento di Scienze giuridiche dell'Alma Mater specializzeranno giudici brasiliani. L'accordo è stato siglato ieri. Da sinistra, Franco Mastragostino, Gilberto Antonelli, Adriano di Pietro, Roberto Portugal Bacellar, direttore della Scuola nazionale della magistratura brasiliana, Marina Timoteo, vice preside di Giurisprudenza, Carla Salvaterra, prorettore alle relazioni internazionali dell'ateneo, e Cardozo Oliveira

Sul vulcano sottomarino

I ricercatori della Facoltà di Scienze hanno allestito dentro una grande vasca lo scenario del campo sperimentale del vulcano sottomarino di Panarea. Anche oggi nel Piazzale Jacchia dei Giardini Margherita, si potrà osservare il loro lavoro, dalla raccolta dei dati in mare, agli esperimenti che svolgono in laboratorio fino alla presentazione dei risultati. E i cittadini possono partecipare in prima persona immergendosi, muniti di bombola ed erogatore



I solisti del Conservatorio, che con coro e strumentisti hanno dato vita al concerto di fine anno accademico. Diretti da Roberto Parmeggiani, si sono esibiti nella Chiesa di San Giovanni Bosco in un programma sacro novecentesco: la Cantata e il 'Mass' di Stravinskij e i 'Chichester Psalms' di Bernstein



Fine anno in musica

L'aiuto arriva pattinando

Al PalaCabral di Casalecchio il tradizionale spettacolo di pattinaggio organizzato dalla Polisportiva Masi per sensibilizzare i cittadini alla causa della Lilt, la Lega italiana contro i Tumori. Ma quest'anno si è fatto un ulteriore sforzo chiedendo al pubblico di partecipare a una raccolta straordinaria per le popolazioni terremotate. Un gruppo di ragazze, Arianna, Federica, MariaChiara, Martina, Giulia, Letizia, Anna (nella foto con Pasquale Conforti, presentatore della serata) sono passate tra il pubblico raccogliendo in pochi minuti 1.200 euro

